



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 7 de junho de 2013

| | |
|---|----|
| JORNAL DO COMMERCIO MP dos Portos já libera R\$ 86 milhões para 23 obras no AM CAPA | 1 |
| JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up ECONOMIA | 2 |
| JORNAL DO COMMERCIO Freio ECONOMIA | 3 |
| JORNAL DO COMMERCIO MP dos Portos..... ECONOMIA | 4 |
| JORNAL DO COMMERCIO Eletrônicos..... | 5 |
| A CRITICA Renovar o PIM HOLOFOTE | 6 |
| A CRITICA sim & não OPINIÃO | 7 |
| A CRITICA Custo operacional desacelera..... ECONOMIA | 8 |
| A CRITICA CBA gerido pela Embrapa..... ECONOMIA | 9 |
| DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO | 10 |
| DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro (continuação) OPINIÃO | 11 |
| MASKATE Fala Sério OPINIÃO | 12 |

MP dos Portos já libera R\$ 86 milhões para 23 obras no AM



A sanção da lei 12.815/13, novo marco regulatório do setor portuário brasileiro, na última quarta-feira (5) pela presidente Dilma trará benefícios

imediatos para o Estado do Amazonas. De acordo com o relator do texto, senador Eduardo Braga (PMDB), um dos benefícios a curto prazo da assinatura da nova lei é o aval

dado para que o Ministério dos Transportes utilize os R\$ 86 milhões liberados pelo governo federal para a conclusão das obras de 23 portos no interior do Amazonas e em Manaus.

Além desse benefício imediato, o senador lembra que a médio e longo prazo, a nova lei vai promover uma maior eficiência no desembarço de cargas no Porto de Manaus.

Página A8

Follow-Up



A questão da água

Aos poucos a questão da distribuição e controle da água começa a tomar corpo e definições. Esta é uma temática delicada, antiga, de equacionamento complexo e que envolve consulta, manifestação e apoio de todos os atores sociais sob a coordenação do poder público. Do ponto de vista das empresas, é preciso trazer ao presente a história do gerenciamento dessa questão. Desde que as fábricas começaram a se implantar em Manaus, foram obrigadas a enfrentar o problema da água e encontrar soluções. Por conta da baixa qualidade e alto teor corrosivo do produto oferecido pela rede pública, as empresas implantaram suas estações de tratamento, visando atender as exigências técnicas da rotina produtiva. Seus equipamentos sofisticados demandam especificações rigorosas de qualidade da água, além da necessidade de assegurar a qualidade do precioso líquido que seria devolvido aos igarapés.

O advento do Proama - É

nosso dever registrar e enaltecer a implantação do Proama, e os avanços no equacionamento do problema que isso significa. As empresas estão abertas a debater as questões no âmbito de seus objetivos e responsabilidades e gostariam de debater os critérios e premissas do aparato legal que daí emergirá. É preciso deixar claro os custos para a indústria do novo sistema e a qualidade da água a ser oferecida. Nesse contexto, cabe explicitar o papel das iniciativas historicamente assumidas representadas pelas estações de tratamento. E mais: de uma vez por todas, elucidar uma questão que incomoda a todo o tecido social: até quando iremos pagar a taxa de esgoto sem ter a contrapartida do serviço?

Trânsito no Distrito

Por insistência do prefeito de Manaus, Arthur Neto, ganha corpo e expectativa o Grupo de Trabalho para gerenciar e equacionar o sistema viário do Distrito Industrial e de seu entorno. Fruto

de discussões mantidas no CIEAM com a ManausTrans, o Grupo já tem representação das entidades e começa a tomar corpo, com a adesão de outros atores, para enfrentar o gargalo viário e demais questões da mobilidade urbana, que tantos danos causam à rotina de todas as pessoas que, de alguma forma circulam na área do Polo Industrial de Manaus. A iniciativa tem tudo para virar um modelo de ação coletiva para equacionar outros gargalos da rotina urbana.

Liberação de Cargas

A partir deste mês, por determinação federal, os portos e aeroportos passam a funcionar em tempo integral. Isso representa uma das primeiras medidas de enfrentamento do caos logístico ilustrado pelas imensas filas de caminhão nas proximidades dos grandes portos do país. A medida tomou de surpresa as empresas que passam a arcar com os custos que daí decorrem. No caso de Manaus, a medida ainda esbarra na escassez de pessoal de fiscalização.

Barco-escola Samaúma

Causou impacto e emoção

aos convidados estrangeiros, a apresentação do projeto do Barco-Escola Samaúma, na solenidade ocorrida na FIEAM, para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Um projeto do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Amazonas), que funciona há 34 anos para levar educação profissional a cidades ribeirinhas do Amazonas e estados vizinhos. "Estamos contribuindo para a formação humana e profissional, não

A partir deste mês, por determinação federal, os portos e aeroportos passam a funcionar em tempo integral

apenas oferecendo aulas de Português, Matemática, Ciências e instrução técnica, mas qualificando cidadãos brasileiros que moram em lugares distantes dos grandes centros, nessa Amazônia sem fim", disse o diretor do Senai Amazonas, Aldemurpe Barros. A ação levada pelo Samaúma já certificou quase 50 mil alunos ao longo dessas três décadas, percorrendo cinco cidades por ano. E, devido ao sucesso na ação de formar profissionais pelos municípios do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, o Senai já pôs em andamento a construção da segunda unidade fluvial, prevista para entrar em funcionamento no segundo se-

mestre de 2013. O Samaúma II está sendo custeado pelo Departamento Nacional da Instituição, orçado em R\$ 11 milhões. Com a nova embarcação, o SENAI Amazonas deve dobrar o atendimento às cidades ribeirinhas a partir de então.

MP dos Portos

Os portos da Siderama e das Lajes, expectativa de modernização e redução de custos da carga portuária da Zona Franca de Manaus, foram liberados, após longa batalha pela aprovação do texto no Congresso, pela presidente Dilma Rousseff. Ela vetou 13 pontos da MP dos Portos entre elas, a que proibia empresas de navegação ter mais de 5% na associação de projetos privados. O governo já sabe que o PMDB vai reagir, à vista das primeiras reações no Congresso. A bancada do partido deve retomar a análise dos vetos presidenciais. Foram eliminados artigos que permitiam que empresas fizessem terminais privados exclusivos (chamados porto-indústria) para suas cargas sem autorização do governo. Também foi vetado o artigo que obrigava o governo a

renovar contratos de arrendamentos e m portos públicos assinados antes de 1993 e que já estão vencidos. Os operadores desses terminais alegam direito à renovação. A presidente também vetou a emenda que ficou conhecida como "tio Patinhas" na votação no Congresso. Ela permitia ao governo renovar contratos de terminais em portos públicos assinados após 1993. Apesar do veto, emenda com texto semelhante feita na comissão de análise da MP foi mantida. O governo estima, porém, que a sanção da Lei dos Portos poderá fazer deslanchar, ainda este ano, investimentos de R\$ 27 bilhões no setor. Deste total, R\$ 25 bilhões dizem respeito a cerca de cem novos portos privados com pedidos de permissão já encaminhados ao governo. Para viabilizar esses investimentos, o governo espera nos próximos 15 dias publicar decretos que regulamentam a lei. Eles vão esclarecer pontos relativos aos trabalhadores portuários e aos terminais privados, que ficam fora do porto público e têm regras diferentes de operação. Vamos seguir acompanhando...

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Freio

Custos da indústria crescem menos

Indicador subiu 5,8% no primeiro trimestre do ano frente a igual período de 2012

O crescimento dos custos da indústria desacelerou no começo deste ano. No primeiro trimestre de 2013, a elevação foi de 5,8% nos custos frente ao mesmo período de 2012. O indicador chegou a 8,2% no terceiro trimestre do ano passado na comparação com o terceiro trimestre de 2011. Já no quarto trimestre de 2012, a alta foi de 6,5% ante o igual período em 2011. As informações são da pesquisa Indicador de Custos Industriais, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quinta-feira (6).

A perda no ritmo de aumento das despesas da indústria foi causada, sobretudo, pelas reduções promovidas pelo governo. O custo com energia, por exemplo, baixou 1,8% no primeiro trimestre do ano frente ao mesmo período de 2012, e com capital de giro recuou 22,5% na mesma comparação.

A elevação dos custos com tributos também tiveram forte desaceleração. O valor dos impostos na indústria cresceu apenas 1% no primeiro trimestre deste ano frente ao primeiro trimestre de 2012, puxada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Conforme a pesquisa, a desoneração da folha de pagamentos e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e eletrodomésticos contribuíram para essa

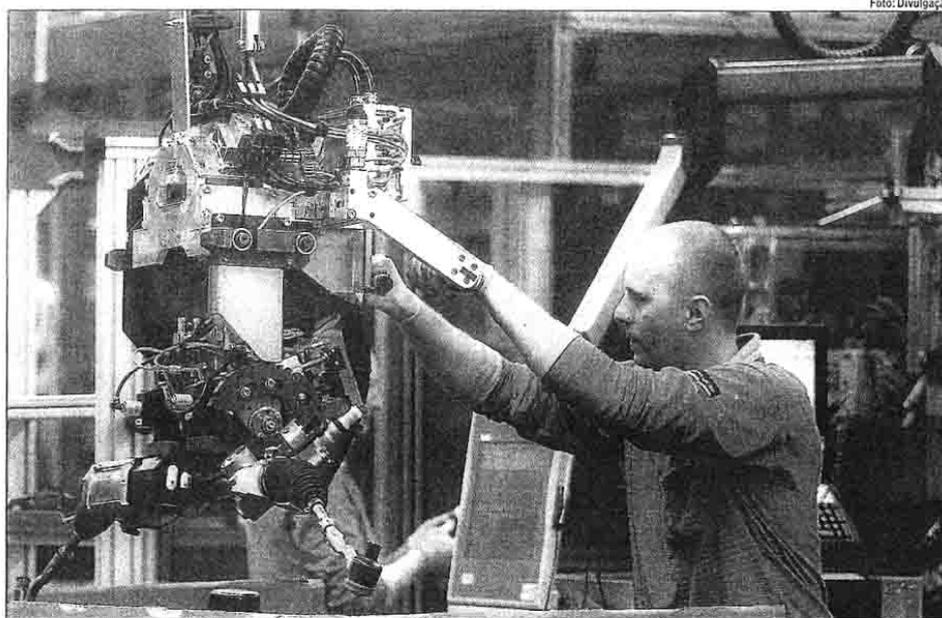


Foto: Divulgação

O valor dos impostos na indústria cresceu apenas 1% no primeiro trimestre deste ano

perda de ritmo de crescimento dos custos tributários observada desde o último trimestre de 2012, quando houve alta de somente 0,3% no indicador frente a igual período de 2011.

Outra variável que perdeu ritmo de crescimento foi o da mão de obra. Após seis trimestres consecutivos com elevações acima de dois dígitos, o gasto

com pessoal subiu 7,7% no primeiro trimestre do ano frente ao primeiro trimestre de 2012.

Já o aumento de preços dos insumos e matérias-primas usados na produção industrial foi o que mais contribuiu para a elevação dos custos do setor no primeiro trimestre do ano. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, cresce-

ram 9,9%. No caso de insumos e matérias-primas importados, a elevação dos custos foi ainda maior: 12,3%.

De acordo com o estudo, esse foi o segundo trimestre consecutivo em que os custos do setor cresceram menos que os preços dos produtos industrializados, que tiveram alta de 7,6% no primeiro trimestre de 2013 na

comparação com igual período do ano passado. A desaceleração no aumento dos custos combinada a um crescimento maior nos preços dos produtos industrializados permite a recuperação da margem de lucro. "Essa melhora na margem de lucro é fundamental para que as indústrias possam executar seus projetos de investimento",

destaca o documento.

Competitividade

Mesmo com a desaceleração do aumento dos custos industriais, a pesquisa aponta, no entanto, que o ganho de competitividade visto ao longo de 2012 mostra sinais de esgotamento, principalmente, pela perda de intensidade no crescimento da taxa de câmbio. Para se ter uma ideia, os preços, em reais, dos produtos industriais importados, que chegaram a crescer 23,7% no segundo trimestre de 2012, aumentaram menos no primeiro trimestre deste ano: 11,9%, na comparação em 12 meses.

Além disso, o comportamento recente da taxa de câmbio confirma sua perda de importância na recuperação da competitividade da indústria. Para manter o crescimento da competitividade do setor, a CNI sugere que se intensifiquem ações para redução do chamado Custo Brasil, tanto nos custos de produção da indústria como nos custos sistêmicos da economia brasileira.



MP dos Portos

Sanção libera R\$ 86 mi para o AM

Apesar da polêmica envolvendo a aprovação da MP dos Portos, lideranças dizem que sanção é boa para o Amazonas

Por Lucas Câmara

A sanção da lei 12.815/13, novo marco regulatório do setor portuário brasileiro, na última quarta-feira (5) pela presidente Dilma trará benefícios imediatos para o Estado do Amazonas. De acordo com o relator do texto, senador Eduardo Braga (PMDB), um dos benefícios a curto prazo da assinatura da nova lei é o avalado para que o Ministério dos Transportes utilize os R\$ 86 milhões liberados pelo governo federal para a conclusão das obras de 23 portos no interior do Amazonas e em Manaus.

“Com a sanção da Lei dos Portos, O Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte) vai poder requisitar os recursos para a conclusão dos 23 portos no Amazonas, que serão entregues a uma população que depende muito de transporte por meio dos portos e de nossas hidrovias. Com essa liberação, creio que até o final do ano todas as obras estarão concluídas”, disse o senador.

Para o deputado federal Francisco Praciano (PT) as verbas servirão para resolver um dos mais antigos e graves problemas de nosso Estado: a falta de logística nos municípios do interior.

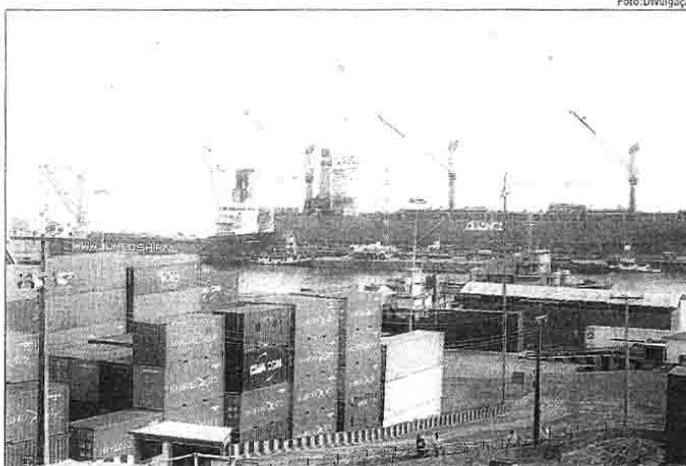
“Lamentavelmente estes portos já estão planejados há

muito tempo e a gente não tem avançado muito na construção desses portos. Nós nos comunicamos com o mundo e com os outros municípios através da água, através dos nossos rios. Os rios são nossas estradas e se não tivermos estruturas decentes de embarque e desembarque dificulta a vida de todos”, disse o petista.

Já o presidente da Comissão de Indústria, Comércio Exterior e Mercosul da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), deputado Berlamino Lins (PMDB), acredita que os investimentos federais são fundamentais para fortalecer os negócios da indústria cujos insumos precisam de boa logística portuária chegarem ao Polo Industrial de Manaus.

“Em momento bastante oportuno, a presidente Dilma mais uma vez honra sua palavra com o Amazonas, ajudando a Zona Franca de Manaus. O aporte de recursos fará crescer a indústria e gerar empregos no porto e no PIM”, afirmou.

Além desse benefício imediato, o senador Eduardo Braga lembra que a médio e longo prazo, a nova lei vai promover uma maior eficiência no desembarço de cargas no Porto de Manaus, permitir que portos privados movimentem cargas de terceiro - o que poderá melhorar o fluxo de exportação de produtos da Zona Franca de Manaus



Mais 28 novos portos já estão previstos

e o funcionamento 24 horas dos portos.

Vetos

Segundo nota divulgada ontem pela Força Sindical, os vetos na medida provisória 595 (MP dos Portos) do Palácio do Planalto ao texto aprovado pelo Congresso Nacional, referentes à regulamentação das questões específicas dos trabalhadores portuários, representam uma clara demonstração de falta de bom senso para com a sociedade

brasileira e extremamente desleal no que diz respeito à classe trabalhadora.

De acordo com o texto assinado pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva - Paulinho da Força -, a MP, que já era ruim, ficou muito pior com os vetos.

“Infelizmente o acordo não foi cumprido. O governo não honrou o pacto que foi estabelecido e assinado, deixando uma sensação de desonestidade. Ficou claro que, no dicionário

do governo federal, a palavra acordo significa mentira. A atual ocupante do Palácio do Planalto vetou a obrigação dos terminais privados de que os trabalhadores só poderiam exercer suas atividades se estivessem inscritos no cadastro de portuários, gerido pelos Ogmos, e que a vigilância e a segurança dos portos públicos seriam feitas exclusivamente pela guarda portuária”, diz a nota.

Sobre os vetos presidenciais, o senador afirmou que estava

ciente de que poderia haver vetos a algumas partes do texto, uma vez que foi vetado o que não foi ponto de acordo entre o relator e o governo federal. Para o líder do governo no Senado, os vetos da presidente Dilma Rousseff não interferem no que já havia sido acordado entre ele e o governo federal.

“O que nós podemos dizer é que no que trata da questão do relatório apresentado por mim, aquilo que foi acordado de não veto do governo federal, o governo cumpriu. Ou seja, aquilo que foi incluído na comissão que não fazia parte do nosso relatório, aquilo que foi incluído no plenário da Câmara que não fazia parte do nosso relatório e três itens do nosso relatório que não tinham acordo desde o início com o governo federal, foram os itens vetados”, disse o senador ao ser questionado sobre os vetos.

Já o presidente do Sindicato dos Estivadores de Manaus (Setemeam), Claudovaldo Farias Barreto, os vetos não afetam os trabalhadores locais. Nós tivemos um avanço muito grande em relação à legislação anterior. Nós avançamos com essa medida. Estivemos em Brasília para fazer uma análise desses vetos, mas constatamos que eles não nos atingiram em nada”, disse o representante dos trabalhadores.

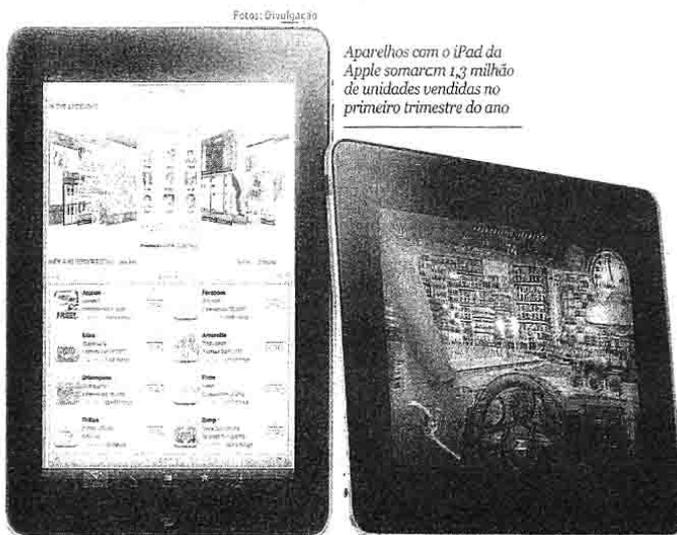
Eletrônicos

Tablets somam 27,6% das vendas

Curva de crescimento nas vendas dos tablets já se desenhava desde o segundo trimestre de 2012

A venda de tablets cresceu 164% no primeiro trimestre desse ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo informações da consultoria IDC, citadas no jornal O Estado de S. Paulo. Os dispositivos portáteis como iPad da Apple e Samsung Galaxy Tab somaram 1,3 milhão de unidades, ou 27,6% do total de itens de informática comercializados entre janeiro e março deste ano, contra 11,5% em 2012. Notebooks e desktops, por outro lado, caíram 8,1% - sendo os PCs de mesa com queda de 10,9%, totalizando 32,9% das vendas e 1,5 milhão de unidades, e os notebooks 9%, com 39,5% do mercado e 1,9 milhão de unidades.

O diretor da área de informática da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Hugo Valério, afirmou



Aparelhos com o iPad da Apple somaram 1,3 milhão de unidades vendidas no primeiro trimestre do ano

ao jornal que em breve as tendências vão se equilibrar, com desktops chegando a um patamar estável e tablets crescendo um pouco menos. O mercado teria potência para crescer até 10% esse ano em relação às 12,7 milhões de unidades comercializadas no ano passado - com os tablets puxando a subida. Segundo o diretor de Telecom da Nielsen, de pesquisas, o brasileiro que compra o primeiro item de informática hoje opta por tablets, por causa da portabilidade.

Curva de crescimento

Desde o segundo semestre do ano passado a venda de tablets ensaiava bater recordes. O mercado brasileiro de tablets alcançou a marca de 606 mil unidades vendidas em setembro de 2012. O índice representou um crescimento de 275% sobre o mesmo

período de 2011. A consultoria prevê ainda que o país atinja em 2013 a marca de venda de 5,4 milhões de unidades.

Segundo Attila Belavary, analista de mercado da IDC Brasil, apesar da desaceleração da economia, o ritmo de crescimento acelerado da categoria no Brasil tem sido impulsionado pela grande quantidade de dispositivos com preços inferiores a R\$ 1 mil e a entrada de novos fabricantes no país, em especial, as marcas chinesas.

Esse grande volume de modelos com preço de entrada também trouxe impactos para os tamanhos de tela e configurações dos tablets. De acordo com a IDC, metade dos dispositivos vendidos no país possui uma tela de sete polegadas e, desses tablets, apenas 20% possuem conectividade 3G embarcada no aparelho.

Renovar o PIM

Mais uma vez o colega Marcelo Miterhof do BNDES em 30/05/13 no jornal FSP volta a debater sobre o PIM com "meras reflexões que precisam ser mais discutidas" conforme diz sobre a necessidade de renovar a ZFM.

Aponta caminhos e atira o debate para novos focos que já sabemos há muito, apesar de se desviar com considerações discriminatórias ao afirmar que o Nordeste com 53 milhões de pessoas merece industrializar-se, já o Amazonas, apenas com 3,5 milhões, deve ocupar e garantir a segurança das fronteiras, mantendo-se somente com a exploração sustentável da floresta.

Acha de forma enviesada que o PIM ao procurar adensar sua cadeia produtiva de eletroeletrônicos o faz porque precisa elevar o custo de sua desmobilização, como se ela fosse iminente, ignorando o cluster de duas rodas que já opera a pleno vapor e os

segmentos já consolidados como relojoeiro, termoplástico e concentrados, entre outros. Defende que o PIM abra mão do segmento de informática e que a obrigatoriedade de aplicação em P&D seja revertida para o setor eletroeletrônico de consumo. Discordo porque qualquer polo industrial que abra mão de um setor riquíssimo em inovações corre o risco de ser preterido por segmentos correlatos e pode assumir tendências à especialização, que seria um cheque em branco para breçar sua diversificação futura. Classifica ainda como problema a sustentação do PIM através de incentivos fiscais.

Não vejo como problema, porque alguém tem que posar de guardião da floresta e todos os brasileiros sabem que os amazonenses estão fazendo sua parte ao assumir moralmente perante o mundo a conservação da maior reserva de carbono do planeta, além de

ter que operar sem adiantamento de verba pública, um modelo de desenvolvimento não poluente em meio a exuberância da natureza que nos cerca e que gera hoje 116.000 empregos diretos e mais de 400 mil indiretos. É bom lembrar que os maiores beneficiários do PIM são os consumidores de todo o país, seguidos do próprio governo federal que aqui arrecada mais de 50% dos tributos da região Norte.

Desconheço o articulista que já existe no PIM o mecanismo da troca de etapas do PPB por recolhimento de P&D ou compromisso de exportação, onde qualquer segmento pode habilitar-se, é uma boa alternativa de governança para o estímulo aos investimentos na pesquisa tecnológica ou à redução do déficit da balança comercial, apesar de que a decisão da proposição deva partir exclusivamente da empresa incentivada.

Diz ainda que devemos atender as legítimas aspirações da região e dela tirar a contrapartida, mas prefere iniciar sua "renovação do modelo" sugerindo que a Suframa forneça explicação de como planeja e fiscaliza as aplicações em P&D, parecendo desconhecer que o planejamento para onde e como investir é prerrogativa da empresa e que a RFB é coadjuvante nessa fiscalização por suas implicações contábeis e fiscais.

Miterhof enxerga uma verdadeira bonança ao apontar a existência de vultuosos recursos oriundos das desonerações, mas não demonstra qualquer conhecimento do purgatório financeiro vivido nesses últimos anos pela Suframa com a retenção de sua receita própria a título de "contingenciamento", obrigada a desfazer-se de pessoal técnico e finalizar seus convênios, desguarnecendo-se

até novos concursos, dos responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização dos projetos e aplicação em P&D por onde Miterhof espera iniciar a "reversão do quadro atual".

Escrever ressaltando o que supõe ser os pontos fracos do PIM já demonstra parcialidade, mas mesmo assim o articulista se depara com as potencialidades econômicas colaterais do modelo que o forçam a citá-las, quando, por exemplo, aconselha a busca de arranjos financeiros para investimentos na agregação de tecnologia e valor às cadeias farmacêuticas e de biotecnologia.

Esse é o PIM que não navega em mar azul nem flutua em céu de brigadeiro. Louvemos as novas adesões da intelectualidade local para contra-atacar com as mesmas armas nos embates que estão por vir



ECONOMISTA
E PROF.
TITULAR DA
UFAM

e-mail:
controle2000@
yahoo.com



sim & não

Amazonas vai produzir Jet Ski

O Polo Industrial de Manaus (PIM) deverá se tornar, em breve, o primeiro fabricante de Jet Ski do País. O passo mais importante nesse sentido foi garantido ontem ao senador Eduardo Braga (PMDB) pelo ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, ao desengavetar o processo produtivo básico (PPB) para fabricação desses veículos na Zona Franca. O ministro fez previsão de que em semanas o processo será definido. Atualmente, todo Jet Ski vendido no Brasil é importado.

Lobby O PPB do Jet Ski para o PIM já deveria ter sido definido há muito pelo Ministério do Desenvolvimento. Porém, por pressão da Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) encontrava-se engavetado.

Visitas A propósito, Braga não foi o único a visitar o ministro Fernando Pimentel esta semana. Na quarta-feira, a deputada federal licenciada Rebecca Garcia (PP) esteve lá e tratou das eleições de 2014 no AM. Ela e Braga são pré-candidatos a governador.

Dois palanques Por falar nisso, sobre seu encontro com Pimentel, que é um dos articuladores da campanha de presidencial, Rebecca disse que

notou interesse do Planalto em construir dois palanques para Dilma no ano que vem.

Tribunal Se quiserem mesmo garantir o TRF-AM, criado ontem com a promulgação da PEC 544/02, juizes federais e a OAB-AM, por exemplo, precisam se mexer. É forte a movimentação do presidente do STF, Joaquim Barbosa, para tentar barrar novas despesas.

Sem apoio Se a maioria dos deputados presentes ontem no plenário da ALE-AM deu de ombros para a denúncia do MP contra o deputado Ricardo Nicolau (PSD), o que dizer da manifestação desse mesmo plenário em relação ao próprio Nicolau? Diante de graves acusações, ele não recebeu nenhuma gota de solidariedade.

Com apoio Grupo de deputados colhia assinaturas ontem para publicar uma nota de apoio ao procurador-geral da ALE-AM, Vander Góes, arrolado no processo que denuncia Nicolau. Vander chefiou o setor há 14 anos.

Equilíbrio O presidente da ALE-AM, Josué Neto (PSD), aproveitou o Dia Mundial do Meio Ambiente para enviar ao Congresso Nacional documento em defesa da ZFM, no qual fundamenta a manutenção do modelo como equilíbrio ambiental do Planeta. Sustenta que a ZFM, comprovadamente, protege a Amazônia.

Interesse Neto informa ao presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), que a Zona Franca é tão exitosa

que países como Estados Unidos e China estão enviando pesquisadores ao Amazonas, afim de conhecer o projeto.

Atacado Após cinco anos sem entregar a "Medalha do Mérito do TRT/11ª Região", o tribunal homenageará hoje 68 pessoas com a honraria. O grande número de agraciados ocorre porque, apesar de não entregar a medalha no período, todos os anos o TRT mantinha a escolha dos nomes.

Ex Curioso é que na lista dos que receberão a medalha do TRT estão Amazonino Mendes, escolhido quando era prefeito, e Artur Neto, quando senador. Foi problema para o cerimonial, que não sabia quem sentaria na frente de quem, caso os dois compareçam ao evento.

PINGA FOGO

Os desembargadores João Simões, Domingos Chalub, Paulo Lima, Carla Reis e Wellington Araújo receberão hoje, no auditório do TRE-AM, às 10h, a Medalha do Mérito Eleitoral. Os magistrados prestaram serviço à Corte.

Mas quem deverá se destacar mesmo na entrega desta medalha será o único não magistrado a ser agraciado com a honraria: o advogado Daniel Nogueira. Isso porque ele sempre se dispôs a dar aulas e palestrar a convite do TRE-AM.

Questionando critérios do Comando da PM, o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) disse ontem que o chefe da corporação, coronel Almir David, deixa de promover merecedores para "promover paquitos".

Custo operacional desacelera

O setor industrial gastou um pouco menos para produzir no primeiro trimestre do ano, diz a CNI

O crescimento dos custos da indústria desacelerou no começo deste ano. No primeiro trimestre de 2013, a elevação foi de 5,8% nos custos frente ao mesmo período de 2012. O indicador chegou a 8,2% no terceiro trimestre do ano passado na comparação com o terceiro trimestre de 2011. Já no quarto trimestre de 2012, a alta foi de 6,5% ante ao igual período em 2011. As informações são da pesquisa in-

dicador de Custos Industriais, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

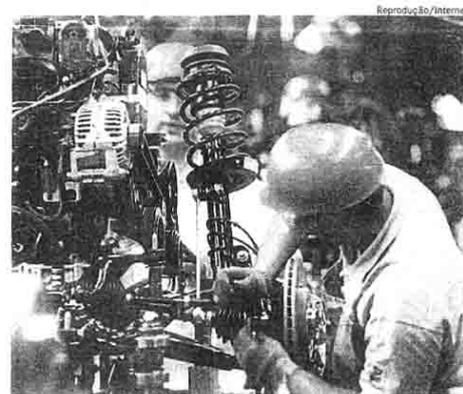
A perda no ritmo de aumento das despesas da indústria foi causada, sobretudo, pelas reduções promovidas pelo governo. O custo com energia, por exemplo, baixou 1,8% no primeiro trimestre do ano frente ao mesmo período de 2012, e com capital de giro recuou 22,5% na mesma comparação.

A elevação dos custos com tri-

butos também tiveram forte desaceleração. O valor dos impostos na indústria cresceu apenas 1% no primeiro trimestre deste ano frente ao primeiro trimestre de 2012, puxada pelo ICMS. Conforme a pesquisa, a desoneração da folha de pagamentos e a redução do IPI dos automóveis e eletrodomésticos contribuíram para essa perda de ritmo de crescimento dos custos tributários observada desde o último

trimestre de 2012.

Outra variável que perdeu ritmo de crescimento foi o da mão de obra. Após seis trimestres consecutivos com elevações acima de dois dígitos, o gasto com pessoal subiu 7,7% no primeiro trimestre do ano frente ao primeiro trimestre de 2012. Já o aumento de preços dos insumos e matérias-primas cresceu 9,9% em comparação com primeiro trimestre de 2012.



Apesar da queda no custo operacional, o preço das matérias-primas cresceu

CBA gerido pela Embrapa

Essa proposta foi feita ontem pelo doutor em economia, José Alberto Machado, durante audiência realizada no próprio Centro

CINTHIA GUIMARÃES

cinthiaguimaraes@acritica.com.br

As discussões sobre a personalidade jurídica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que já duram 10 anos, estão longe do fim. Ontem, durante a audiência pública promovida pelo deputado estadual José Ricardo (PT) a respeito do Centro surgiu a proposta de repassar sua administração para a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

A ideia que partiu do doutor em Economia, José Alberto Machado, foi bem recebida pelo chefe-geral da Embrapa Amazonas, Luiz Marcelo Rossi, presente na audiência, que citou outros acordos semelhantes firmados pela instituição.

Outra alternativa proposta na audiência e discutida no âmbito do Governo Federal é transformá-lo em uma Sociedade Mista que a credencia para obter investimentos públicos e privados. A última promessa do Planalto, responsável pela decisão, é de que a minuta do projeto de lei do CBA sairá em 2012. O projeto ainda precisa tramitar no Congresso Federal.

Hoje o CBA não possui sequer um diretor próprio, responsabilidade assumida pelo superin-



Proposta pelo deputado José Ricardo (quarto da esq. para dir.) audiência debateu os problemas e impasses do CBA

O prédio CBA conta com uma estrutura de 12.000 m² e uma equipe 105 funcionários na condição de bolsistas e prestadores de serviço. O centro trabalha com pesquisas aplicadas com objetivo de desenvolver atividades industriais nas

linhas de cosméticos, bioterápicos, alimentos funcionais e nutracêuticos, energias alternativas e novos materiais, todos voltadas para o potencial da biodiversidade amazônica. Trabalham no centro profissionais das áreas de ciências exatas, biológicas e agrárias.

tendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa, José Nagib, que esteve ontem em Brasília participando de mais uma reunião do governo sobre a autonomia jurídica do centro. Atualmente, sete ministérios disputam o vínculo institucional do CBA, entre eles o de Educação (MEC), Ciência e Tecnologia (MCT), Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

(MDIC), Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Relações Exteriores e Assuntos Estratégicos.

O CBA foi criado em 1998 e inaugurado em 2004 para ser um centro de inovação tecnológica com objetivo de desenvolver o conhecimento sobre a biodiversidade amazônica, mas até hoje não deixou de ser um anexo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Dessa forma, não possui recursos financeiros próprios e nem tem autonomia para a contratação de pessoal. Os profissionais prestam serviço para o Centro na condição de bolsistas.

Desde a sua fundação até o ano passado, o CBA recebeu R\$ 102,5 milhões em recursos financeiros para a sua gestão, sendo que 72,2% foram oriundos da Suframa.

A presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), Maria Olívia Simão, ressaltou que não se faz desenvolvimento tecnológico sem dinheiro, vontade, política, recursos humanos.

O deputado José Ricardo disse que a ideia da reunião é cobrar agilidade do governo para por o projeto em prática, com intenção de reduzir a dependência econômica do Amazonas do Polo Industrial de Manaus (PIM).

José Augusto Cabral

COORDENADOR DE RECURSOS
NATURAIS DO CBA

O CBA presta serviço de tecnologia. Atua em desenvolvimento de processos e produtos a partir da biodiversidade regional. Para que esse serviço tenham credibilidade precisa que o CBA tenha credenciamento junto ao Inmetro. Esse credenciamento só pode ser feito com CNPJ próprio. O CBA está funcionando como projeto da Suframa e tem suas limitações. Na hora que se acalmar isso vão aparecer produtos desenvolvidos com o selo CBA. Já existem produtos feitos por aqui como o néctar de cubiu. O CBA tem produzido ensaios para uma série de empresas, como corantes, frutas, que infelizmente estão protegidos por contratos de confidencialidade. A falta de autonomia é como você casar e não ter recursos para sustentar sua família. Você vai ter que se encostar em alguém depender de uma mesada. Falta de autonomia implica em você não ter dinheiro para comprar uma resma de papel. Não pode vender serviço porque não tem como escriturar, é obrigado a fazer escambo, é um negócio muito ruim".

Claro & Escuro

Amarras burocráticas travam desenvolvimento científico

Com investimentos de R\$ 102 milhões, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em Manaus, é exemplo da falta de prioridade do governo federal com a pesquisa e o conhecimento. Idealizado para ser um dos mais avançados núcleos de pesquisa do País, o CBA funciona de maneira limitada, sem recursos próprios e com pouquíssima produtividade. Ele existe somente como estrutura e trabalha por meio de parcerias. A gestão de orçamento divide-se em 75% para a Suframa e 25% entre Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e iniciativa privada. O Centro já perdeu 110 servidores. De lá ainda não saiu um estudo científico. Em audiência pública nesta quinta-feira, pesquisadores foram unânimes em afirmar que o CBA corre o risco de parar se não forem desatadas as amarras burocráticas. Sete ministérios travam uma batalha para definir a quem o CBA ficará subordinado.

Claro & Escuro (continuação)

27,6%

é a participação dos tablets nas vendas de bens de informática no Brasil. As vendas desses aparelhos cresceram 164% no primeiro trimestre, chegando a 1,5 milhão de unidades comercializadas.

21,1%

foi o índice de queda nas vendas de notebooks e desktops, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). De janeiro a março foi vendido 1,9 milhão de notebooks.

40%

dos tratamentos de saúde no mundo são proporcionados por organizações religiosas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A assistência pública entra com apenas 12%.

Fala Sério

Farra do descaso

Proprietários de veículos da marca Toyota acusam o descaso com que as concessionárias costumam tratar seus clientes. Na lógica do "...passa mais tarde", os usuários costumam esperar uma eternidade sempre e quando precisam de suporte técnico com peças de reposição. O descaso atinge outras marcas, que se recusam a manter um estoque estratégico de peças para os atendimentos de rotina.

Pacto pela Educação

Com apoio decisivo de FIEAM e CIEAM, as bênçãos do IFAM e Suframa, o Pacto pela Educação e pelo desenvolvimento da liderança sustentável no Amazonas esteve ontem na Seplan, para celebrar a ampliação de uma parceria que tem tudo para dar certo. E para qualificar os jovens para o mercado local de trabalho.

NINGUÉM MERECE!

- Ainda ausente do Pacto, a UEA precisa dizer qual é sua contribuição para o modelo ZFM. Há poucas semanas os alunos fizeram passeata para contratar professores.
- E professores da área de eletrônica e informática, para a Escola Superior de Tecnologia, uma demanda essencial para o desempenho industrial do respectivo polo.
- É importante destacar que as empresas do Distrito são as mantenedoras da instituição, para a qual foi criado um Fundo de contribuição regular.
- Apesar disso, não existe um Conselho Acadêmico com participação da indústria, onde haja espaço para promover uma interatividade necessária e fecunda ao interesse público.